

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014. (Em R\$ mil)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A., sociedade de economia mista, de capital fechado, tem por objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido Estado, mediante operações de empréstimo, financiamento e prestação de garantia, com recursos próprios ou de terceiros, bem como, a realização de quaisquer outras operações ou atividades típicas da Agência.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2015 e 2014 foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, observadas ainda a nomenclatura e classificação padronizada pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Agência de Fomento.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos:

a) Apresentação do Resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Assim, as demonstrações financeiras da Instituição contemplam estimativas referentes à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado; as Provisões para Perdas com Operações de Créditos são calculadas conforme normas específicas do Banco Central. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Instituição revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Ativos e Passivos circulantes e a longo prazo

São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Circulante e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

d) Títulos e Valores Mobiliários

São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos de Aplicação em Fundo de Investimentos são para negociação imediata e as LFT são mantidas até o vencimento, objetivando resguardar o efeito da variação do valor de mercado e a atual prática de contabilização.

e) Ativo Permanente

Está demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção, ajustado pela depreciação/amortização acumuladas, conforme taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimado e prazo de contrato de cessão de uso (nota 4.3), **(EM R\$ MIL)**;

f) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Instituição adota a sistemática de apuração do Imposto de Renda pelo Lucro Real utilizando alíquota determinada de 15% e adicional de 10%. A parcela correspondente à Contribuição Social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro real, na forma da legislação vigente.

h) Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS

As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4% respectivamente e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da lei nº 12.715 de 17 de setembro de 2012 as Agências de Fomento passaram a ter o mesmo tratamento tributário dos Bancos de Investimentos.

i) Passivos contingentes

São avaliados e reconhecidos com base em parecer da Diretoria Jurídica, sobre prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como Perda Provável, cujo valor de perda possa ser determinado ou estimado, para os processos classificados como de perda possível onde não requer a provisão, foi realizada somente divulgação em notas explicativas e para processos classificados como Perda remotas para as quais não efetuamos provisões ou divulgação.

j) Caixa e equivalente de caixa – são representados pelas disponibilidades e títulos e valores mobiliários, cujo vencimento das operações na data efetiva de sua aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e que são utilizados pela Agência para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Os valores são:

	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	6.670	15.711
Disponibilidades	3	3
Títulos e Valores Mobiliários		
Cotas de Fundo de Investimento	6.667	15.708

4 ATIVO

4.1 – Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Prazos	31/12/2015		31/12/2014	
		Saldo Aplicação	Receitas	Saldo Aplicação	Receitas
LFT – Letras Financeiras do Tesouro – Vinculado	01/03/2018	260	30	230	23
Fundo Invest. Renda Fixa.	Sem vencimento	6.407	1.459	15.708	1.876
Total		6.667	1.489	19.753	15.938

O valor de R\$ 260 MIL registrados em Letras Financeiras do Tesouro corresponde a 36 títulos, com vencimento em 01 de março de 2018. Os referidos títulos são remunerados pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados pela SELIC para títulos públicos federais. O resgate do principal em parcela única, na data do vencimento.

A aplicação de R\$ 6.407 MIL em Cotas de Fundos de Investimento de renda fixa obteve uma rentabilidade no exercício de 13,00% correspondente a 98,31% do CDI.

4.2 - Operações de Crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução n.º 2.682/1999 do Banco Central do Brasil, que requer a análise

periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H”, se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil – por meio da Resolução n.º 2.682.

a) Composição por atividade econômica:

	<u>31/12/2015</u>			<u>31/12/2014</u>		
	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Setor Privado						
Comércio/Serviços	4.574	8.235	12.809	2.673	4.696	7.369
Agronegócio	1.447	2.149	3.596	1.848	267	2.115
Pessoa Física	1.384	1.679	3.063	713	923	1.636
Total	7.405	12.063	19.468	5.234	5.886	11.120

b) Composição por nível de risco e faixa de vencimento:

Nível de Risco	Faixa de Atraso	<u>31/12/2015</u>		<u>31/12/2014</u>	
		Valor	%	Valor	%
A	Até 14 dias	9.119	47	5.605	50
B	15 e 30 dias	5.638	29	4.193	38
C	31 e 60 dias	2.105	11	802	7
D	61 e 90 dias	1.627	8	47	0
E	91 e 120 dias	265	1	65	1
F	121 e 150 dias	109	1	64	1
G	151 e 180 dias	5	-	104	1
H	Acima de 180 dias	600	3	240	2
TOTAL DA CARTEIRA ATIVA		19.468	100	11.120	100

c) Composição vincendas e vencidas:

Classificação - Nível de Risco	31/12/2015		31/12/2014	
	Vincendas	Vencidas	Vincendas	Vencidas
A	9.030	89	5.579	26
B	5.449	189	4.159	33
C	1.950	155	678	124
D	1.475	152	41	6
E	228	36	55	10
F	102	7	59	5
G	3	3	69	35
H	419	182	87	154
TOTAL	18.656	813	10.727	393

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Classificação - Nível de Risco	Provisão %	31/12/2015		31/12/2014	
		Total das Operações	Valor da Provisão	Total das Operações	Valor da Provisão
A	0,5	9.119	46	5.605	28
B	1	5.638	56	4.193	42
C	3	2.105	63	802	24
D	10	1.627	163	47	5
E	30	265	80	65	19
F	50	109	54	64	32
G	70	5	4	104	73
H	100	600	600	240	240
TOTAL		19.468	1.066	11.120	463

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo no Início do Período	463	554
Constituição da Provisão	1.680	602
Créditos Baixados como Prejuízo	284	354
Reversão de Provisão	793	339
Saldo no Fim do Período	1.066	463

f) Créditos renegociados

	31/12/2015	31/12/2014
Renegociação	1.304	2.295

g) Créditos baixados como prejuízo e recuperados

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo no Início do Período	2.404	2.226
Créditos baixados como prejuízo	284	354
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	529	176
Saldo no Fim do Período	2.159	2.404

h) Garantias

Como instrumento de mitigação do risco de crédito dos financiamentos concedidos, a FOMENTO TOCANTINS aceita de forma isolada ou cumulativamente garantias reais e fidejussórias. Nas operações de créditos com o setor privado são aceitas garantias reais de hipoteca, alienação fiduciária de bens móveis, penhor de direitos e títulos de crédito.

Parcela de crédito ainda não amortizado

i) Registrou-se ao final deste exercício a não liquidação das parcelas iniciais do Contrato nº 2015003700, provisionado como perda em grau de risco D. Trata-se, porém, de operação com garantia real, considerada suficiente para cobertura de eventuais perdas que possam ocorrer na sua realização. Cliente com excelente reputação na praça, tem previsão de liquidação parcial da operação a partir de créditos governamentais seus e de empresas de seu grupo, os quais encontram-se circunstancialmente em atraso, produzindo o efeito cascata que atingiu o referido contrato.

4.3 Não Circulante (exceto Operações de Crédito)

R\$ Mil

Descrição	Móveis e Equipamentos de Uso	Instalações	Sistema de Comunicação	Sistema de Processamento de Dados	Sistema de Segurança	Sistema de Transporte	TOTAL
Custo							
em 1º de Janeiro de 2015	304	0	43	459	1	149	956
Adições	186	350	25	84	0	0	645
(-) Baixas	0	0	2	221	0	88	311
<u>em 31 de dezembro de 2015</u>	<u>490</u>	<u>350</u>	<u>66</u>	<u>322</u>	<u>1</u>	<u>61</u>	<u>1.290</u>
Depreciação Acumulada							
<i>Taxa de Depreciação anual</i>	10%	10%	10%	20%	10%	20%	
em 1º de Janeiro de 2015	(248)	0	(37)	(438)	(1)	(71)	(794)
Depreciação Anual	(19)	(15)	(6)	(27)	(0)	(27)	(94)
(-) Baixas Depreciação	0	0	0	192	0	88	280
<u>em 31 de dezembro de 2015</u>	<u>(267)</u>	<u>(15)</u>	<u>(43)</u>	<u>(273)</u>	<u>(1)</u>	<u>(10)</u>	<u>(608)</u>
Valor Contábil em 31 de Dezembro de 2015	223	335	23	49	0	51	682
Valor Contábil em 30 de junho de 2015	58	46	20	24	0	63	211
Valor Contábil em 31 de Dezembro de 2014	56	0	6	21	0	78	162

Descrição	Software	TOTAL
Custo		
em 1º de Janeiro de 2015	130	130
Adições	0	0
(-) Baixas	(37)	(37)
<u>em 31 de dezembro de 2015</u>	<u>93</u>	<u>93</u>
Amortização Acumulada		
<i>Taxa de Depreciação anual</i>	20%	
em 1º de Janeiro de 2015	(119)	(119)
Amortizações Anual	(8)	(8)
(-) Baixas Depreciação	37	37
<u>em 31 de dezembro de 2015</u>	<u>(90)</u>	<u>(90)</u>
Valor Contábil em 31 de Dezembro de 2015	3	3
Valor Contábil em 30 de junho de 2015	7	7
Valor Contábil em 31 de Dezembro de 2014	12	12

5 PASSIVO – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO E REPASSE

Representam recursos oriundos de captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME). Essas obrigações têm vencimentos mensais, exceto determinadas obrigações decorrentes de repasses para financiamentos rurais que têm vencimentos semestrais e anuais que são nosso caso. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasse são praticadas as taxas mínimas de 2,5% a 7%a.a no prazo máximo de 7 (sete) anos incluindo a carência.

Os saldos estão sumariados da seguinte forma:

Descrição BNDES	<u>31/12/2015</u>			<u>31/12/2014</u>		
Taxa Média – 5%a.a						
Prazo Médio – 5 anos						
Recurso do BNDES	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
BNDES – FINAME Comércio e Serviço	16	44	60	25	44	69
BNDES – FINAME Comércio e Serviço – Ônibus e Caminhão	27	-	43	81	39	120
Total	43	44	87	106	83	189

6 PATRIMONIO LIQUIDO

6.1 Patrimônio Líquido

a) **Capital Social:** O Capital Social subscrito é R\$ 26.823 mil e integralizado é de 26.789 mil, dividido em 6.000 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

ACIONISTAS	TIPO DE AÇÕES	% PARTIC.	QTDE DE AÇÕES	VALOR DE AÇÕES (em R\$)	CAPITAL INTEGRALIZADO	CAPITAL A INTEGRALIZAR
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS	O.N.	99,4	5.964.000	26.662.188,84	26.662.188,84	-
SINDUSCON	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	-
FIETO	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	-
FAET	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	-
FECOMÉRCIO	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	-
FACIET	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	9.682,89	17.140,24
SICON	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	9.682,89	17.140,24
TOTAL DE AÇÕES		100	6.000.000	26.823.127,62	26.788.847,14	34.280,48

7 RECEITAS

A composição das receitas do exercício pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

RECEITAS	2015	2014	Variação	
			R\$ Mil	%
Rendas de Operações de Crédito	2.875	1.667	1.208	72
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	1.489	1.899	-410	-22
Rendas de Prestação de Serviços	102	48	54	113
Outras Receitas Operacionais	1.380	522	858	164
RECEITAS TOTAIS	5.846	4.136	1.710	41

Outras Receitas operacionais são constituídas de: Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo, Reversão de Provisões de Operações de Créditos e Recuperação de Outras Despesas e Outras rendas Operacionais.

8 DESPESAS

A composição das despesas do exercício:

DESPESAS	2015	2014	Variação	
			R\$ Mil	%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.680	602	1.078	179
Pessoal e Honorários	2.839	1.824	1.015	56
Outras despesas administrativas	1.952	1.259	693	55
Tributárias	221	176	45	26
Outras despesas operacionais	54	67	-13	-19
IRPJ e CSLL	-	-		
DESPESAS TOTAIS	6.746	3.928	2.818	72

9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Demonstrativo do Cálculo dos Encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social:

	2015	2014
Resultado Líquido Acumulado	(900)	208
LUCRO REAL ANUAL		
Adições	1.684	602
Exclusões	(1.173)	(915)
Resultado líquido Ajustado	(389)	(105)
Compensação prejuízo exercícios anteriores	-	-
Base de Cálculo	(389)	(105)
Imposto de Renda - 15%	-	-
Cálculo da CSLL - 15%	-	-
TOTAL DA DESPESA	-	-

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e 9% para as demais empresas. A elevação da alíquota de contribuição social para empresas do setor financeiro foi determinada pela Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008 (convertida na Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008),

sendo seu cálculo efetuado de acordo com as normas emitidas pelas autoridades tributárias.

10 RESULTADO DO PERIODO

Em 2015 as receitas totalizaram R\$ 5.846 mil, apresentando um aumento de 41% sobre o exercício anterior. As despesas totais alcançaram o valor de R\$ 6.746 mil com um aumento de 72% em comparação com o exercício anterior.

	2015	2014
Resultado do Exercício	(900)	208

11 PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (Acordo de Basiléia)

Em 31/12/2015, o Patrimônio de Referência Exigido + Risco de Mercado para a Agência de Fomento, calculado com base em sua estrutura patrimonial e na ponderação de risco de seus ativos, foi de R\$ 3.588 mil. A parcela do patrimônio líquido excedente ao mínimo exigido representa um grande potencial de alavancagem dos ativos, possibilitando a realização de novas operações até o montante de R\$ 12.113 mil, o que propiciará intensificar a atuação da Agência de Fomento como indutora do desenvolvimento do Estado.

12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Não tem sido prática da Agência de Fomento operar com derivativos financeiros. Os Demonstrativos de Fluxos de Caixa são elaborados pelo Método Indireto.

13 SEGUROS

A Instituição objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

14 RECURSOS HUMANOS

O quadro atual de pessoal é composto por 41 funcionários celetistas incluindo a Diretoria Executiva e 2 funcionários cedidos pelo Governo do Estado do Tocantins, acionista majoritário.

15 CONTINGÊNCIAS FISCAIS/TRIBUTÁRIAS/TRABALHISTAS

As declarações de rendimentos, outros impostos e contribuições sociais estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades tributárias. Entretanto, não existe auto de infração contra a Agência de Fomento, nem indicações de contingências relacionadas com quaisquer tributos, contribuições sociais e reclamações trabalhistas.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e na Deliberação CVM nº 594/09, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco de saída financeira para a Instituição: Provável, Possível e Remota. Sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são reconhecidos contabilmente. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis na são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

16 GERENCIAMENTO DE RISCO

A Agência de Fomento adota modelo de gestão integrada de todos os riscos a que está exposta, sendo os mais relevantes os riscos de crédito, operacionais e de mercado.

Risco Operacional

A Agência de Fomento possui política de riscos e controles internos, a qual trata dos modelos de gerenciamento de riscos operacionais, de mercado, de liquidez e crédito. Sendo o Risco Operacional a possibilidade de perda decorrente de processos internos inadequados ou deficientes, erros, fraudes, falhas nas operações da empresa, ou sistemas, bem como de eventos externos que causem prejuízos às suas atividades normais ou danos aos seus ativos físicos. A Agência de Fomento adotou conforme esta descrita na Circular do BACEN n.º 3.640/2013, art. 8º, parágrafo único, inciso IV, a metodologia de Abordagem do Indicador Básico (BIA) ou Simplificada, considerando a sua compatibilidade com os produtos, serviços, atividades, processos e sistemas trabalhados na Instituição.

Risco de Mercado

Possibilidades de perdas ocasionadas por movimentos adversos nos valores de mercado dos ativos e passivos, causadas por mudanças nas taxas de câmbio, de juros e em outros indicadores, individualmente ou em conjunto. As Operações de

Crédito foram todas pré-fixadas e por isso alocadas as vértices com base em indicadores históricos da Selic-Pré e calculado o VAR com a Volatilidade-Padrão das séries temporais PJUR1 do BACEN.

Além disso, ressalta-se que as aplicações financeiras estão registradas em Títulos e Valores Mobiliários que são mantidos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) até o vencimento, e em Cotas de Fundos que foram mantidas em Fundos de Investimentos referenciados por CDI, por isso não estão expostas a risco de mercado.

Risco de Liquidez

A Fomento utiliza níveis adequados de exposição ao risco de mercado e liquidez, de acordo com os limites operacionais aceitáveis, definidos pela Alta Administração, possibilitando a adoção de medidas mitigadoras em tempo hábil, bem como a manutenção de sua liquidez e o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de prazos e de moedas, a qual preserva a continuidade e solidez dos negócios no longo prazo.

Risco de Crédito

Possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A Agência de Fomento avalia e monitora mensalmente o risco global e a classificação da carteira de risco das operações de crédito.

Gerenciamento de Capital

A Agência de Fomento possui política de gerenciamento de capital a qual traz a forma de atuação quanto as metas e projeções de capital, a política de distribuição do capital, e as principais fontes de capital da Agência de Fomento, bem como, sua estrutura, em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3.988/2011 e com suas respectivas atualizações e normas complementares.

Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- I - monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- II - avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- III – planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

No gerenciamento de capital a Instituição deve adotar uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Caso a avaliação da necessidade de capital aponte para um valor acima do PRE, a instituição deve manter capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

Objetivos

- ✓ Garantir o cumprimento legal das normas aqui contempladas;
- ✓ Constituir as diretrizes e os procedimentos internos a serem adotados pela Agência de Fomento no gerenciamento de capital;
- ✓ Estabelecer os procedimentos de monitoramento, avaliação de capital e planejamento de metas de necessidade de capital;
- ✓ Considerar os objetivos estratégicos da instituição que estão sob a responsabilidade das áreas inseridas no processo de gerenciamento de capital.

Prevenção e Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e Corrupção.

Para garantir o cumprimento dos princípios e objetivos da Agência de Fomento e, ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal nº. 9.613/1998 com redação da Lei Nº 12.683, de 9 de Julho de 2012 e Circular BACEN nº 3.461/2009 com suas normas complementares, a Fomento possui manual de PLD, o qual têm por objetivo estabelecer as diretrizes gerais e os procedimentos internos a serem adotados na Prevenção e Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e nas práticas de Corrupção, os procedimentos de detecção e análise de indícios de lavagem de dinheiro e a comunicação de ocorrências ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, bem como de estabelecer a competência e responsabilidade de cada área no processo de detecção de indícios do crime de lavagem de dinheiro.

Palmas, 12 de Fevereiro de 2016.

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Contador CRC – TO 003075/O
CPF 714.122.801-25

ELYS KEIRY IZABEL DOS SANTOS
Coordenadora Contábil e Financeira

CRC – TO 002739/O